



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Governo militar mata manifestantes na Praça Tahrir Abaixo a ditadura!

Em três dias de manifestações contra a ditadura chefiada pelo marechal Mohamed Hussein Tantawi, foram mortas 33 pessoas e feridas 1700. O gabinete civil de ministros pediu demissão, prontamente aceita pela Junta. E o governo militar prometeu eleições presidenciais para junho. Os militares massacraram os manifestantes e prometem democracia. Em resposta, no quinto dia, os manifestantes intensificaram a luta. No enfrentamento com a polícia, mais 5 mortos. O confronto sangrento indica a continuidade da ditadura de Mubarak.

No sábado, dia 19, as massas voltaram às ruas para protestar contra o continuísmo do regime de Mubarak e as manobras da Junta em manter o poder sob seu controle. Há nove meses atrás, as massas tomaram a Praça Tahrir e as ruas das principais cidades egípcias exigindo o fim da ditadura de Hosni Mubarak. Durante 18 dias, resistiram à repressão sangrenta. As Forças Armadas, finalmente, removeram o ditador, com anuência dos Estados Unidos.

O golpe branco foi uma forma de evitar o desmoroamento do velho regime e o avanço do movimento revolucionário das massas. O País passou a ser governado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, uma Junta militar. Para obscurecer a manutenção do regime, criou-se um gabinete civil de ministros.

As oposições burguesas e pequeno-burguesas, entre elas a Irmandade Muçulmana, a mais importante força, admitiram que a Junta conduzisse a transição para um novo regime calcado em uma nova Constituição. Por meio de eleições, se constituiria um governo representativo e as Forças Armadas passariam a respeitar a nova ordem. Um regime democrático burguês tomaria o lugar da ditadura de Mubarak, vigente por mais de 30 anos, modificaria o lugar dos militares, que desde a derrubada da monarquia do rei Faruk, em 1952, por meio de um golpe, passaram a decidir sobre o País.

A Junta não cumpriu o acordo de entregar em seis meses o governo a civis. Decidiu tutelar as reformas políticas, de maneira a não comprometer as instituições do regime montado por Mubarak. O sintoma mais flagrante de que a ditadura permanece em pé se manifesta na sistemática repressão às manifestações, que agora tomaram grande proporção e por isso foram ensanguentadas.

Mas há outros sinais. Os militares emitiram uma resolução de que, dos 100 membros que comporiam a Comissão eleita pelo Parlamento para parir uma Constituição, 80 seriam indicados pela Junta. E que o



orçamento das Forças Armadas e a administração de empresas por elas exercida permaneceriam sob seu controle. Assim, atuariam por cima do governo e do parlamento. Diante do descaramento da ditadura, a Irmandade Muçulmana convocou um protesto na Praça Tahrir. Foi reprimida. O movimento, ao invés de recuar, se potenciou. A Irmandade, sim, deu um passo atrás. Procurou esvaziar a mobilização, receando o cancelamento do calendário eleitoral. Ao contrário, os manifestantes se agarraram à bandeira de Fora Tantawi.

Abriu-se uma crise política no seio do governo. Essa nova etapa da luta não é senão a continuidade do movimento revolucionário das massas. Não puderam pôr abaixo o regime de Mubarak, nos 18 dias de combate e de sangue derramado pelos mártires. As Forças Armadas deixaram a repressão a cargo da polícia. Esperaram o amadurecimento da crise revolucionária. Observaram que mais de 800 mortos não abateram o ânimo dos explorados. Golpeados pela pobreza, desemprego e fome, decidiram dar um basta ao reacionário e corrupto governo.

Em comum com o imperialismo, os militares avaliaram que Mubarak estava liquidado, tratava-se de preservar o possível de seu regime. Afastou-se, então, o ditador, mas se preservaram as instituições da ditadura. “Vão-se os anéis, ficam os dedos.”

Se as massas em luta golpearam o ditador, no entanto, não tiveram condições de golpear a ditadura, assentada pelas Forças Armadas. Esse processo confundiu parte das esquerdas que caracterizou a remoção do ditador como resultado de uma revolução democrática. Assim, minimizou-se o golpe branco.

Certamente, a reação não impôs uma derrota ao movimento. Sob uma direção conciliadora - limitados a manifestações pacíficas e duramente atacados -, os insurretos refluíram à espera de novos acontecimentos.

Recordemos que as Forças Armadas chegaram a ser saudadas pelo fato de ficarem à margem e não partilharem dos brutais ataques da polícia e das milícias. O que permitiu, também, uma margem de manobra para a direção conciliadora perante o golpe branco e a preservação do regime. No entanto, a Junta militar não estava disposta a ceder terreno a reformas democratizantes sem que fossem conduzidas por elas e cuidadosamente limitadas.

Nesses nove meses, a crise econômica mundial se agravou e com ela a situação do Egito. A repressão e as mortes ocorridas entre os dias 19 e 23 de novembro evidenciam o erro de se alimentar a ilusão de que as Forças Armadas não compartilharam da chacina comandada por Mubarak.

As limitações e contradições do movimento revolucionário dos explorados permanecem. Está condicionado pelo objetivo burguês e pequeno burguês de remover o velho regime pela reorganização das forças políticas por meio de eleições e do parlamento. Ocorre que a preservação do poder militar e da burocracia constituída pela ditadura impossibilita que haja democracia parlamentar plena. Eis por que o imperialismo ressalta o caráter democrático das mudanças, ainda que receie a ascensão da Irmandade Muçumana.

Os novos embates, pela contundência da repressão, indicam que há uma retomada do movimento de final de janeiro. Os golpistas sentiram a disposição de combate dos explorados e a crise política aberta pela renúncia dos ministros civis. Os Estados Unidos alertam para se prosseguir a abertura e evitar uma ruptura em que as massas se coloquem pela tomada do poder. Há que se dissolver a via revolucionária da solução de poder. Evidentemente, não há uma direção revolucionária para esse objetivo e, portanto, o levante não responde a um programa proletário. O que deixa mais tranquilos o imperialismo e a burguesia árabe.

Essas condições impossibilitam constituir um governo proletário e das massas oprimidas em geral, mas não impedem que o levante desmoroze o regime e abra caminho para ascensão das forças opositoras burguesas e pequeno-burguesas sem o devido controle do imperialismo. As potências e a burguesia árabe temem que o levante dê lugar a um regime nacionalista e anti-sionista, calcado no islamismo. As lições da Revolução Islâmica no Irã são devidamente utilizadas pelos Estados Unidos e seus aliados como parâmetro histórico, mesmo que as condições estejam alteradas em relação a 1979.

Mas tudo indica que a Irmandade Muçumana não pretende liderar o movimento para tomar o poder e sim negociá-lo com os militares. A solução almejada é a de reformar o regime político, com a participação dos militares e das forças da velha ordem que permanecem intactas. A casta que controla a economia deve transferir poderes para setores capitalistas e permitir que se reordene a supra-estrutura política e jurídica do Estado.

Os combates coletivos das massas e a capacidade de resistência à violência contrarrevolucionária temperam os explorados. E possibilitam que comecem a resolver a ausência da direção revolucionária. Sem um programa e o partido, é impossível concluir a revolução democrática.

Para o democratismo pequeno-burguês, bastou a queda do ditador para que esta assim se caracterizasse. Agora, se diz que há uma retomada pelas massas. Para o marxismo, a revolução democrática é prólogo de uma revolução proletária. Nenhuma tarefa pendente do capitalismo semicolonial pode ser resolvida sob um governo burguês, por mais democrático que seja.

Essa posição programática não nos desobriga a reconhecer que objetivamente as massas sublevadas protagonizam um movimento revolucionário de caráter democrático. Por isso são fundamentais as bandeiras da democracia revolucionária, contrapostas às manobras da Junta militar e do imperialismo, bem como contrapostas à estratégia democratizante da oposição burguesa e pequeno-burguesa. Por meio das bandeiras democráticas radicais, é possível que a vanguarda ajude os explorados a se emanciparem das direções burguesas.

É decisivo rechaçar qualquer solução apresentada pela Junta e qualquer acordo da oposição com os militares. A ditadura deve ser liquidada, o que implica desintegrar as Forças Armadas e todo aparato repressivo. As armas devem passar para as mãos dos explorados mobilizados e organizados. Os organismos de democracia proletária que brotaram no levante popular precisam ser ampliados para todo o Egito. O governo revolucionário deve emergir dessa organização e ser garantido pelo povo em armas. Com esse programa, é possível convocar uma Constituinte, cuja função será a de consagrar o novo poder das massas, portanto, sob a direção da classe operária em aliança com os camponeses e setores da classe média urbana.

A bandeira de uma Constituinte revolucionária está colocada na situação em que os militares, o imperialismo e a oposição conciliadora recorrem a fraudes democráticas. Mas deve vir acompanhada da tarefa de armamento da população e constituição de um governo operário e camponês.

Abaixo a Junta Militar!

Liquidação do regime de Mubarak!

Por uma constituinte soberana, convocada por um governo revolucionário!

Pela organização dos explorados em assembleias populares e em conselhos!

Armamento da população!

Expulsão do imperialismo!

Pela independência e autodeterminação do Egito frente às potências!

23 de novembro de 2011